

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 30/2019

Data: 12/02/2019

Ass. 1050

Of. Gab. nº 057/2019

Serafina Corrêa, RS, 21 de fevereiro de 2019.

Sua Excelência

Vereador Rogério Carlos Fedrigo

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Serafina Corrêa – RS

Assunto: Projeto de Lei nº 008/2019.

O Prefeito Municipal em exercício, no uso das prerrogativas outorgadas pela Lei Orgânica Municipal, encaminha o Projeto de Lei nº 008/2019, que “**Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências**”.

Pela habitual acolhida, antecipo agradecimentos e solicito sua tramitação em regime de urgência.

Respeitosamente,



Valdir Bianchet
Prefeito Municipal em exercício

PROJETO DE LEI Nº 008, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) distribuído nas seguintes dotações:

02 08 01 SEC. MUN. AGRICULTURA, PEC. E AGRONEGÓCIO

1029 20.606.0173.2089.0000 MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA.....R\$ 54.500,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 1076 REC. ALIENACAO DE BENS LIVRE

1030 20.606.0173.2089.0000 MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA.....R\$ 175.500,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 1149 RECURSO PRODESA MAPA

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro:.....R\$ 230.000,00

Fontes de Recurso:

1076.....R\$ 54.500,00
1149.....R\$ 175.500,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 21 de fevereiro de 2019, 58º da Emancipação.



Valdir Bianchet
Prefeito Municipal em exercício

PROJETO DE LEI Nº 008, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**Excelentíssimo Senhor Presidente
Excelentíssimos Senhores Vereadores**

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, Projeto de Lei que **“Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências”**.

Através do presente projeto de lei, busca-se autorização legislativa para abrir no orçamento vigente, crédito adicional especial no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), a ser distribuído nas seguintes dotações:

02 08 01 SEC. MUN. AGRICULTURA, PEC. E AGRONEGÓCIO

1029 20.606.0173.2089.0000 MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA.....R\$ 54.500,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 1076 REC. ALIENACAO DE BENS LIVRE

1030 20.606.0173.2089.0000 MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA.....R\$ 175.500,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 1149 RECURSO PRODESA MAPA

O crédito aberto será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro, na fonte de recurso 1076, no valor de R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) e na fonte de recurso 1149, no valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

O Poder Executivo Municipal através do Contrato de Repasse nº 862002/2017MAPA/CAIXA, obteve liberação de recursos da União, para aquisição de patrulha mecanizada, no valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais). Além do valor de repasse, existe um recurso de contrapartida do Município no valor de R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais). Dessa forma, o recurso total do investimento, de repasse e contrapartida totaliza o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

No ano de 2018, com o intuito de utilizar o referido recurso, através do Edital nº 058/2018, Pregão Presencial nº 027/2018, foi realizada licitação para aquisição de uma Retroescavadeira 4x4. O certame ocorreu dentro da normalidade constando expressamente no Edital que o pagamento seria efetuado após o recebimento dos recursos da União.

O objeto licitado foi adjudicado em favor da empresa Distribuidora Meridional de Motores Cummins S/A, inscrita no CNPJ nº 90.627.332/0001-93, vencedora do certame, dando origem ao contrato administrativo nº 041/2018. Contudo, houve o descumprimento contratual por parte da empresa contratada eis que não houve a entrega do objeto licitado. Dessa forma foi aberto, através da Portaria nº 1252/2018, o Processo Administrativo Especial nº 042/2018, em desfavor da empresa contratada, o qual se encontra em prazo para defesa final escrita.

PROJETO DE LEI Nº 008, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dessa forma, tendo em vista o descumprimento contratual e não havendo outro licitante habilitado no certame, será necessária a realização de nova licitação para aquisição do bem. Para tanto, primeiramente será necessária a abertura do crédito especial ora proposto, tendo em vista a inexistência de dotações específicas no orçamento relativo ao exercício de 2019.

Ocorre que, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento repassou os recursos aos cofres públicos no dia 14 de dezembro de 2018 e nos termos do artigo 41 §8º da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, o Município tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a liberação dos recursos financeiros para efetuar o pagamento e posteriormente abre-se prazo para prestação de contas, sob pena de devolução dos valores à União. O referido dispositivo refere que:

“Art. 41 [...]

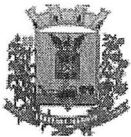
§ 8º Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela o instrumento deverá ser rescindido.”

Diante de todo o exposto, encaminhamos o presente projeto de lei e contamos com a sua aprovação, tendo em vista os objetivos propostos, bem como solicitamos a sua tramitação em regime de urgência para que, com a maior brevidade possível, se possa realizar a abertura de nova licitação e aquisição do bem, sob pena de devolução dos valores à União.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 21 de fevereiro de 2019.



Valdir Bianchet
Prefeito Municipal em exercício



Município de Serafina Correa

Av. 25 de Julho, 202 - Centro

88597984/0001-80

Exercício: 2019

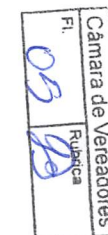
Município de Serafina Correa

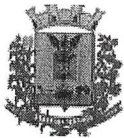
EQUILÍBRIO FINANCEIRO EM 19.02.2019

Página 1

DISPONIBILIDADE COMPROMETIDA

Emp. Tipo	Data	Ficha	Vinculo	Fonte	Ent. Unid.Orç.	DISPONÍVEL	SALDO EXTRA		RESTOS A PAGAR		EMP DO EXERCÍCIO		SUFICIENCIA/ INSUFICIENCIA
							ATIVO	PASSIVO	PROCESSADO	NÃO PROC	LIQUIDADO	À LIQUIDAR	
Fonte Codigo	1076			REC. ALIENACAO DE BENS LIVRE		117.150,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.150,81
Total:						117.150,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.150,81





Município de Serafina Correa

Av. 25 de Julho, 202 - Centro

88597984/0001-80

Exercício: 2019

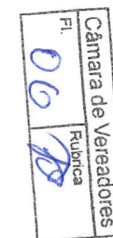
Município de Serafina Correa

EQUILÍBRIO FINANCEIRO EM 19.02.2019

Página 1

DISPONIBILIDADE COMPROMETIDA

Emp. Tipo	Data	Ficha	Vinculo	Fonte	Ent. Unid.Orç.	DISPONÍVEL	SALDO EXTRA		RESTOS A PAGAR		EMP DO EXERCÍCIO		SUFICIENCIA/ INSUFICIENCIA
							ATIVO	PASSIVO	PROCESSADO	NÃO PROC	LIQUIDADO	À LIQUIDAR	
Fonte	Codigo	1149		RECURSO PRODESA MAPA		176.285,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.285,36
Total:						176.285,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.285,36





Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

Grau de Sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 862002/2017/MAPA/CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO - INVESTIMENTO.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no DOU de 01/04/2013, e retificação publicada no DOU de 05/04/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 27/02/2014, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por RODRIGO CANANI MEDEIROS, RG nº 4035993676, expedido por SSP/RS, CPF nº 494.460.020-87, residente e domiciliado(a) em Rua Moreira Cesar, 2569 7º andar - São Pelegrino - CEP 95034-000 - Caxias do Sul/RS, conforme 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília/DF, no livro 3217-P, fls. 013/014, em 11/08/2016 e 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília/DF, no livro 3240-P, fls. 010/011, em 29/12/2016, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 88.597.984/0001-80, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhora MARIA AMELIA ARROQUE GHELLER, portador(a) do RG nº 2040139541 expedido por SSP/RS, e CPF nº 392.322.040-53, residente e domiciliado(a) em AV. 25 DE JULHO, 202 - CENTRO - CEP 99250-000 - Serafina Corrêa - RS, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Aquisição de patrulha mecanizada.

II - MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

Serafina Corrêa - RS.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

(x) Não () Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

(x) Não () Sim.

V - DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais).

Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais).

Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

Nota de Empenho nº 2017NE802159, emitida em 28/12/2017, no valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais), Unidade Gestora 135098, Gestão 00001.
 Programa de Trabalho: 20608207720ZV0001.
 Natureza da Despesa: 444042.
 Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0698, conta nº 006.00647078-0.

VI - PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse: 29/12/2017.

Término da Vigência Contratual: 30 de Maio de 2021.

Prestação de Contas: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 10 anos contados da apresentação da prestação de contas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA ou do decurso do prazo para apresentação da prestação de contas.

VII - FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul.

VIII - ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: AV. 25 DE JULHO, 202 - CENTRO - CEP 99250-000 - Serafina Corrêa - RS.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Moreira Cesar, 2569 7º andar - São Pelegrino - CEP 95034-000 - Caxias do Sul/RS.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Endereço eletrônico do CONTRATADO: patrimonio@serafinacorreia.rs.gov.br; licitacao@serafinacorreia.rs.gov.br; engenharia@serafinacorreia.rs.gov.br; planejamento@serafinacorreia.rs.gov.br; fazenda@serafinacorreia.rs.gov.br; gabinete@serafinacorreia.rs.gov.br.

Endereço eletrônico do CONTRATANTE: sr2615rs@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

- I. analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
- VIII. verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no SICONV que a substitua;
- IX. aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
- X. verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- XI. designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XII. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XIII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XIV. notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XV. notificar o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quando não apresentada a Prestação de Contas dos recursos aplicados, ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial;
- XVI. receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XVII. solicitar à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes dessa conta específica do instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis.
- XVIII. assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XIX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados.

2.2 – DO CONTRATADO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- V. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VI. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados.
- VII. Apresentar ao CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia.
- VIII. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- IX. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- X. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou da Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011 e sua regulamentação, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- XI. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- XII. exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e/ou Fornecimento de Obras, Serviços ou Equipamentos.
- XIII. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XIV. no caso dos Estados, Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XV. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XVI. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XVII. fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XVIII. prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- XIX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;
- XX. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXI. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XXII. manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXIII. incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- XXIV. ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União.
- XXV. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- XXVI. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXVII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
- XXVIII. nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXIX. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização;
- XXX. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XXXI. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XXXII. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

- XXXIII. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXXIV. consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XXXV. consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XXXVI. apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de desembolso estabelecido;
- XXXVII. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XXXVIII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXXIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XL. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XLI. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XLII. autorizar o CONTRATANTE ou sua mandatária para que solicitem junto à instituição financeira albergante da conta vinculada, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- XLIII. autorizar ao CONTRATANTE solicitar, à instituição financeira albergante da conta vinculada, o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- XLIV. estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- XLV. dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XLVI. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XLVII. disponibilizar, em sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos/, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, podendo ser suprida a publicação na internet pela inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.
- XLVIII. indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- XLIX. responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- L. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do presente Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, conforme diretrizes da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424/2016 e do Gestor do Programa.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização do CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONTRATANTE.

5.1 No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I – a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II – a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III – a regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no SICONV;
- IV – o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas.
- V – a conformidade financeira

5.2 O CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 O CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no SICONV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 – A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

I - exceto nos casos de instrumento com parcela única, o valor do desembolso a ser realizado pelo Gestor do Programa ou pela mandatária referente à primeira parcela, não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento;

II - a liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada ao:

a) envio pela mandatária e homologação pelo Gestor do Programa da Síntese do Projeto Aprovado - SPA quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços e engenharia enquadrados nos incisos II e III do art. 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;

b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo Gestor do Programa ou mandatária; e,

III - a liberação das demais parcelas, está condicionada a execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.5 - O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 - Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.7 - É permitido o adiantamento de parcelas no regime de execução direta na forma do cronograma de desembolso aprovado, sendo vedado nos casos de execução de obras e serviços de engenharia enquadrados no inciso III do art. 3º da Portaria MPDG/MF/CGU nº 424/2016, ficando a liberação das parcelas subsequentes condicionada à aprovação, pela CONTRATANTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.8 - Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela o instrumento deverá ser rescindido, sendo vedado, também, o início de execução de novos instrumentos e a liberação de recursos para este CONTRATADO.

5.9 - A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá condicionada a:

I - a emissão da autorização para início do objeto;

II - a apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;

III - o atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;

IV - a comprovação do aporte da contrapartida pactuada para a etapa correspondente;

V - a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

5.9.1 - O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no SICONV o relatório de fiscalização referente a cada medição

5.9.2 - O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos

5.9.3 - A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016.

5.9.4 - A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 - As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 - A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 - A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) por ato da autoridade máxima do Gestor do Programa;
- b) na execução do objeto pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por regime direto;
- c) no ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada;

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do presente Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização.

7.5.3 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.6.2 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, o CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta vinculada, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a totalidade dos recursos liberados devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.4 - Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 - Vencidos os prazos de devolução descritos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.6 - Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "c", os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.7 – Na hipótese prevista no item 7.7, alíneas "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o CONTRATADO e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e do CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas no âmbito desse instrumento, quando solicitar:

- a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;
- b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;
- c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

13.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

- I - a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II - a inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8;
- III - a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- IV - a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal devidamente corrigidos, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Gestor do Programa.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. reformular os projetos de engenharia das obras e serviços já aceitos pelo CONTRATANTE;
- II. reprogramar os projetos de engenharia dos instrumentos enquadrados no Inciso I do Artigo 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;
- III. realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
- IV. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- VI. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- VII. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VIII. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.
- IX. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- X. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizes promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- XI. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- XII. aproveitar rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado;
- XIII. computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
 Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
 Ouvidoria: 0800 725 7474
 caixa.gov.br

12



Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original

Caxias do Sul, 29 de Dezembro de 2017

Assinatura do CONTRATANTE
 Nome: RODRIGO CANIANI MEDEIROS
 CPF: 494.460.020-87

Assinatura do CONTRATADO
 Nome: MARIA AMELIA ARROQUE GHELLER
 CPF: 392.322.040-53

Testemunhas
 Nome: Jaime Giacomini
 CPF: 384.352.900-59

Nome: Volmir Francisco Luzzi
 CPF: 577825980-87



Nº 6, terça-feira, 9 de janeiro de 2018

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

MODALIDADE: Renovação do contrato de locação de imóveis para uso da CAIXA destinado à instalação da Ag. Avenida Rangel Pestana/SP, na Av. Rangel Pestana, 1341/1345 - Brás - São Paulo/SP - pelo período de 01/08/2017 a 31/07/2022, nas mesmas condições pactuadas, com base nas Leis 8.245/91 e 8.666/93. PROCESSO: 7062.02.046.0/2011- VALDR MENSAL INICIAL NEGOCIADO DE: R\$ 35.000,00, com valor crescente até o final da vigência em 31/07/2021 DE R\$ 56.000,00 - LOCADORA: COLUMBIA PRIME PARTICIPAÇÕES S/A - DATA DE ASSINATURA: 25/07/2017 - RUBRICA: 5704-1 Aluguel de Imóveis para Uso.

MODALIDADE: Dispensa de licitação com base no Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. PROCESSO: 7076.02.003.0/2003 OBJETO: Termo Aditivo aos contratos de locação firmados em 22/05/2003 e 01/10/2012, de bem Imóvel, destinados às instalações da Agência Brigadeiro, situado na Avenida Brigadeiro Lúiz Antônio, 580 (lojas 1 e 2) - São Paulo/SP, definindo a vigência de 01/10/2017, com término em 30/09/2022. VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ 35.000,00. LOCADORA: SISAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. GERENTE DE FILIAL: CÉSAR LUIZ PUCINELLI. DATA DE ASSINATURA: 29/09/2017. RUBRICA: 5704-01 Aluguel de Imóveis para uso.

MODALIDADE: Dispensa de licitação com base no Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. PROCESSO: 7062.02.045.0/2011 OBJETO: Termo Aditivo ao contrato de locação firmados em 15/08/2011, de bem Imóvel, destinado às instalações da Agência Rio Grande da Serra, situado na Avenida Dom Pedro I, 565 (lojas B e C) Centro - Rio Grande da Serra/SP, definindo a vigência de 17/09/2017, com término em 16/09/2022. VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ 19.000,00. LOCADORA: PONTO BOM PARTICIPAÇÕES LTDA. GERENTE DE FILIAL: CÉSAR LUIZ PUCINELLI. DATA DE ASSINATURA: 15/09/2017. RUBRICA: 5704-01 Aluguel de Imóveis para uso.

MODALIDADE: Dispensa de licitação com base no Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. PROCESSO: 7062.02.051.0/2011 OBJETO: Termo Aditivo ao contrato de locação firmados em 21/06/2012, de bem Imóvel, destinado às instalações da Agência Jardim Zafra, situado na Avenida Barão de Mauá, 1473 Pq Boa Esperança - Mauá/SP, definindo a vigência de 17/12/2017, com término em 16/12/2022. VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ 31.500,00. LOCADORA: HENDC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. GERENTE DE FILIAL: CÉSAR LUIZ PUCINELLI. DATA DE ASSINATURA: 15/12/2017. RUBRICA: 5704-01 Aluguel de Imóveis para uso.

MODALIDADE: Dispensa de licitação com base no Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. PROCESSO: 7062.02.051.0/2011 OBJETO: Termo Aditivo ao contrato de locação firmados em 21/06/2012, de bem Imóvel, destinado às instalações da Agência Jardim Zafra, situado na Avenida Barão de Mauá, 1473 Pq Boa Esperança - Mauá/SP, definindo a vigência de 17/12/2017, com término em 16/12/2022. VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ 31.500,00. LOCADORA: HENDC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. GERENTE DE FILIAL: CÉSAR LUIZ PUCINELLI. DATA DE ASSINATURA: 15/12/2017. RUBRICA: 5704-01 Aluguel de Imóveis para uso.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MARANHÃO

AVISOS

Aviso de Irregularidade Comunicamos que a unidade lotérica Casa Lotérica a Sorte é Sua Ltda., CNPJ: 10.911.876/0001-43, situada à Rua do Comércio, 253 Centro Centro do Guilherme/MA, CEP: 65288-00, cometeu a irregularidade abaixo descrita, de acordo com a Circular Caixa que regulamenta as permissões lotéricas e o Contrato de Adesão para Comercialização das Loterias Federais, e o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste Aviso de Irregularidade, para apresentação de defesa prévia, antes da aplicação da respectiva penalidade. Caso não seja apresentada defesa no prazo previsto ou esta seja indeferida, a penalidade será aplicada. IRREGULARIDADE: Grupo 3, Item 6: perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter adequada a comercialização das loterias e dos serviços autorizados pela CAIXA. A referida irregularidade enseja revogação compulsória da permissão e como medida de sobressano, até o julgamento da sanção administrativa, a suspensão temporária das atividades.

Aviso de Irregularidade Comunicamos que a unidade lotérica Casa Lotérica a Sorte é Sua Ltda., CNPJ: 10.911.876/0001-43, situada à Rua do Comércio, 253 Centro Centro do Guilherme/MA, CEP: 65288-00, cometeu a irregularidade abaixo descrita, de acordo com a Circular Caixa que regulamenta as permissões lotéricas e o Contrato de Adesão para Comercialização das Loterias Federais, e o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste Aviso de Irregularidade, para apresentação de defesa prévia, antes da aplicação da respectiva penalidade. Caso não seja apresentada defesa no prazo previsto ou esta seja indeferida, a penalidade será aplicada. IRREGULARIDADE: Grupo 3, Item 6: perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter adequada a comercialização das loterias e dos serviços autorizados pela CAIXA. A referida irregularidade enseja revogação compulsória da permissão e como medida de sobressano, até o julgamento da sanção administrativa, a suspensão temporária das atividades.

Aviso de Irregularidade: Comunicamos que a unidade lotérica Casa Lotérica a Sorte é Sua Ltda., CNPJ: 10.911.876/0001-43, situada à Rua do Comércio, 253 Centro Centro do Guilherme/MA, CEP: 65288-00, cometeu a irregularidade abaixo descrita, de acordo com a Circular Caixa que regulamenta as permissões lotéricas e o Contrato de Adesão para Comercialização das Loterias Federais, e o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste Aviso de Irregularidade, para apresentação de defesa prévia, antes da aplicação da respectiva penalidade. Caso não seja apresentada defesa no prazo previsto ou esta seja indeferida, a penalidade será aplicada. IRREGULARIDADE: Grupo 3, Item 6: perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter adequada a comercialização das loterias e dos serviços autorizados pela CAIXA. A referida irregularidade enseja revogação compulsória da permissão e como medida de sobressano, até o julgamento da sanção administrativa, a suspensão temporária das atividades.

SÉRGIO PENHA DE ALMEIDA
Superintendente Regional Era ExercícioGERÊNCIA EXECUTIVA HABITAÇÃO
ARACAJU - SE

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE Contrato nº 001/2017, firmado entre SILVA E BARROS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, CNPJ 14.520.765/0001-67; junto ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Reforma da unidade habitacional situada na Rua B, nº 66, da Residência Jardim Santa Maria, edificado em Aracaju por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Faixa 1, em recursos do FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, para atendimento de demanda judicial; Programa: MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXA 1 - FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL; Valor: R\$ 43.930,13; Vigência: 26 DE MARÇO DE 2018 - 26/12/2017, IRAN ALVES MENEZES e MARTHA HELENA SILVA E BARROS.

GERÊNCIA DE FILIAL MARKETING
COMUNICAÇÃO E CULTURA CURITIBA - PR

EXTRATOS DE CONTRATOS

OBJETO: Patrocínio do projeto SESC Verão 2018 - EMPRESA CONTRATADA: Serviço Social do Comércio - SESC/SC CNPJ: 03.603.595/0001-68; NÚMERO DO PROCESSO: 99.5458.1319/2017; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação Direta conforme art. 27, parágrafo 3º, da Lei 13.303/2016; valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/12/2017; NÚMERO E DATA DO EMPENHO: o empenho é feito com a apresentação da fatura. PUBLIQUE-SE EM: 10/01/2018

OBJETO: Patrocínio do projeto SESC Verão 2018 - EMPRESA CONTRATADA: Serviço Social do Comércio - SESC/SC CNPJ: 03.603.595/0001-68; NÚMERO DO PROCESSO: 99.5458.1319/2017; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação Direta conforme art. 27, parágrafo 3º, da Lei 13.303/2016; valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/12/2017; NÚMERO E DATA DO EMPENHO: o empenho é feito com a apresentação da fatura. PUBLIQUE-SE EM: 10/01/2018

GERÊNCIA DE FILIAL MARKETING
COMUNICAÇÃO E CULTURA SALVADOR - BA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATANTE: Caixa Econômica Federal CONTRATADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA; OBJETO: Patrocínio ao Projeto NATAL EM FAMÍLIA ARAPIRACA; MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: Contrato de Patrocínio conforme Art. 27, 3º, da Lei 13.303/2016; LICITAÇÃO: Contratação direta, com inexigibilidade de licitação, conforme art. 25 da Lei nº 8.666/93; VALOR: R\$80.000.000,00 (oitenta mil reais); DATA DE ASSINATURA: 14/12/2017; NÚMERO E DATA DO EMPENHO: O empenho é feito com a apresentação da fatura

OBJETO: Patrocínio do projeto NATAL EM FAMÍLIA ARAPIRACA - EMPRESA CONTRATADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA; CNPJ 00.360.305/0001-04; NÚMERO DO PROCESSO: 3193/2017; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação Direta conforme art. 27, parágrafo 3º, da Lei 13.303/2016; valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/12/2017; o empenho é feito com a apresentação da fatura.

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO
CAXIAS DO SUL - RS

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 8626672017/MTUR/CAIXA, firmado pelo município de VERANÓPOLIS, CNPJ 98.671.597/0001-09, junto à União Federal, por intermédio do MTUR, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - Reforma e Revitalização da Casa da Cultura Frei Ruy Costa no município de Veranópolis - RS; Programa: TURISMD - Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística; Valor: R\$ 331.000,00; dos recursos: R\$ 322.725,00 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695207610V00001, NE 2017NE01244 de 29/12/2017, e R\$ 8.275,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2021 - Data e Assinaturas: 29/12/2017, Rodrigo Canani Medeiros e Waldemar De Carli.

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 861970/2017/MAPA/CAIXA, firmado pelo município de CARLOS BARBOSA, CNPJ 88.587.183/0001-34, junto à União Federal, por intermédio do MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada; Programa: PRODESA; Valor: R\$ 230.000,00; dos recursos: R\$ 175.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608207720ZV0001, NE 2017NE02131 de 28/12/2017, e R\$ 54.500,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2021 - Data e Assinaturas: 29/12/2017, Rodrigo Canani Medeiros e Evandro Zibetti.

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 862015/2017/MAPA/CAIXA, firmado pelo município de VESPASIANO CORREA, CNPJ 01.611.117/0001-74, junto à União Federal, por intermédio do MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Aquisição PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA; Programa: PRODESA; Valor: R\$ 230.000,00; dos recursos: R\$ 146.250,00 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608207720ZV0043, NE 2017NE02167 de 29/12/2017, e R\$ 83.750,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2021 - Data e Assinaturas: 29/12/2017, Rodrigo Canani Medeiros e Marcelo Portallupi.

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 862013/2017/MAPA/CAIXA, firmado pelo município de VESPASIANO CORREA, CNPJ 01.611.117/0001-74, junto à União Federal, por intermédio do MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Aquisição PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA; Programa: PRODESA; Valor: R\$ 225.000,00; dos recursos: R\$ 112.744,12 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608207720ZV0043, NE 2017NE02166 de 29/12/2017, e R\$ 112.255,88 de contrapartida. Vigência 30/05/2021 - Data e Assinaturas: 29/12/2017, Rodrigo Canani Medeiros e Marcelo Portallupi.

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 862151/2017/MAPA/CAIXA, firmado pelo município de GUABUBU, CNPJ 91.566.844/0001-50, junto à União Federal, por intermédio do MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada; Programa: PRODESA; Valor: R\$ 100.000,00; dos recursos: R\$ 97.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608207720ZV0043, NE 2017NE02184 de 29/12/2017, e R\$ 2.500,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2021 - Data e Assinaturas: 29/12/2017, Rodrigo Canani Medeiros e Diego Vercindran.

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 856653/2017/MCIDADES/CAIXA, firmado pelo município de GRAMADO, CNPJ 88.847.082/0001-55, junto à União Federal, por intermédio do MCIADDES, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Recuperação Assistida de Diversas Ruas de Gramado/RS; Programa: PLANEJAMENTO URBANO; Valor: R\$ 248.335,00; dos recursos: R\$ 243.850,00 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730043, NE 2017NE04599 de 29/12/2017, e R\$ 2.485,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2021 - Data e Assinaturas: 29/12/2017, Marcelo Zardo Bretas e João Alfrido De Castilhos Bertolucci.

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 862002/2017/MAPA/CAIXA, firmado pelo município de SERAFIM CORREA, CNPJ 88.597.984/0001-80, junto à União Federal, por intermédio do MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada; Programa: PRODESA; Valor: R\$ 230.000,00; dos recursos: R\$ 175.500,00 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608207720ZV0001, NE 2017NE02159 de 28/12/2017, e R\$ 54.500,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2021 - Data e Assinaturas: 29/12/2017, Rodrigo Canani Medeiros e Maria Amélia Arque Gheller.

ESPÉCIE - Contrato de Repasse nº 863088/2017/MDS/CAIXA, firmado pelo município de GRAMADO, CNPJ 88.847.082/0001-55, junto à União Federal, por intermédio do MDS, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS; Programa: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - VOLUNTARIATOS; Valor: R\$ 454.671,44; dos recursos: R\$ 450.000,00 correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 550013, Gestão 00001, Programa de Trabalho

CAIXA

Câmara de Vereadores	
Fl. 21	Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 1912018

Data: 01/02/18

Ass. 9 9:30

Superintendência Regional Serra Gaúcha
Rua Moreira Cesar, 2569 – 7º andar - Cep: 95034-000 Caxias Do Sul/RS

Ofício nº. 1907/2017/Serra Gaúcha/RS

Caxias do Sul, 29/12/2017

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Presidente da Câmara Municipal de SERAFINA CORRÊA
SERAFINA CORRÊA/RS

Assunto: **Contrato Celebrado entre o Município de SERAFINA CORRÊA e a Caixa Econômica Federal**

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Presidente,

1. Em atendimento ao disposto no Art. 116, §2º da Lei 8.666, de 21.06.1993, informamos da celebração do Contrato de Repasse destinado à transferência de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) nº. 862002/2017/MAPA/CAIXA, que tem por finalidade Aquisição de patrulha mecanizada, no Município SERAFINA CORRÊA/RS.
2. O valor repassado por conta do OGU é de R\$ 175.500,00 (Cento e Setenta e Cinco mil Quinhentos reais), tendo o Município de SERAFINA CORRÊA se comprometido a aportar, a título de contrapartida, a quantia de R\$ 54.500,00 (Cinquenta e Quatro mil Quinhentos reais), correspondente a 23,70 % do valor do investimento.
3. O prazo previsto para execução do empreendimento termina em 30/05/2021.
4. Quaisquer informações adicionais relativas ao contrato de Repasse referido, poderão ser obtidas, a qualquer tempo, junto a esta Superintendência Regional.

Respeitosamente,

RODRIGO CANANI MEDEIROS
Superintendente Regional
Matr. 026123-2
SR Serra Gaúcha/RS
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Câmara de Vereadores	
Fl. 22	Rubrica

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIOS GOVERNO CAXIAS DO SUL - REGOV CX
Rua Moreira Cesar, 2569 6º andar
95034-000 Caxias do Sul – RS

Ofício nº 0103 / 2018 / REGOV CX

CAXIAS DO SUL, 7 de Fevereiro de 2018

A Sua Excelência a Senhora
MARIA AMELIA ARROQUE GHELLER
Prefeita Municipal
Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa
AV. 25 DE JULHO, 202 - CENTRO
CEP: 99250-000 – Serafina Corrêa – RS

Assunto: **Orientações para Continuidade do Processo.**

Ref.: **Contrato de Repasse OGU nº 862002/2017 - Operação 1046031-50 - Programa – Aquisição de patrulha mecanizada**

Senhora Prefeita Municipal,

1 Informamos a conclusão da análise e a aprovação dos documentos técnicos e do projeto apresentados para o contrato de repasse em referência.

2 A partir da presente data, o Município deverá dar início ao processo licitatório o qual deverá manter correspondência com as especificações técnicas e orçamentos apresentados. Alertamos que, conforme diretrizes do MAPA, a apresentação do resultado do processo licitatório é condição para a liberação do OGU. A mesma documentação deverá ser anexada no SICONV através de registro nas abas “Processo de Execução” e “Contratos”, conforme check list em anexo.

2.1 Destacamos que o Valor de Investimento aprovado é de R\$ 230.000,00 e que o resultado da licitação não poderá excedê-lo, conforme orientação da Advocacia Geral da União e determinação da Casa Civil.

3 Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos pelo telefone 54.3209.0700.

Respeitosamente,

ADRIANA CONTE
Assistente

LUIS CARLOS VEDOVELLI
Coordenador de Filial
REPRESENTAÇÃO DE FILIAL NEGÓCIO GOVERNO CAXIAS DO SUL

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Caxias do Sul/RS - REGOV CX
Rua Moreira Cesar, 2569 6º andar
95034-000 Caxias do Sul – RS

Ofício nº 0673 / 2018 / REGOV CX

CAXIAS DO SUL, 14 de Junho de 2018

A Sua Excelência a Senhora
MARIA AMELIA ARROQUE GHELLER
Prefeita Municipal
Município de Serafina Corrêa
AV. 25 DE JULHO, 202 - CENTRO
CEP: 99250-000 – Serafina Corrêa – RS

Assunto: **Autorização de Início de Objeto.**

Ref.: Contrato de Repasse OGU nº 862002/2017 - Operação 1046031-50 - Programa Fomento
ao Setor Agropecuário - Aquisição de patrulha mecanizada

Senhora Prefeita Municipal,

1 Diante da documentação apresentada pelo Município, informamos que o resultado do processo licitatório Pregão Presencial 27/2018 foi considerado apto. Autorizamos, assim, a aquisição do equipamento previsto no contrato de repasse em referência.

1.1 Ressaltamos que a responsabilidade pertinente aos processos licitatórios cabe exclusivamente aos Proponentes das operações onde os mesmos devem atender às Leis 8.666/93 e 10.520/02 e que serão fiscalizados pelos Tribunais de Contas.

2 Salientamos que esta operação foi contratada obedecendo ao regramento da **Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU Nº 424/2016, de 30/12/2016**, e está classificada dentro do Nível IV previsto na Portaria.

2.1 Lembramos que, conforme este novo regramento:

- É vedada a reprogramação (pequenos ajustes ou adequações) dos contratos enquadrados nos Níveis I e IV;
- É vedado o início da execução de novos instrumentos e a liberação de recursos pelos Ministérios, caso o Contratado tenha outras operações apoiadas com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 dias;
- É vedada a utilização de rendimentos para contratos de qualquer Nível;
- É prevista a extinção contratual para operações sem execução financeira há mais de 180 dias, que ainda não tenham execução física aferida.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

fechar X

Loading Image...



PANAROTTO

4

6.8 Sair do Sistema

Página Principal

Programas

Propostas

Execução

Inf. Gerenciais

Cadastros

Acomp. e Fiscalização

Prestação de Contas

Administração

TCE

Verificação de Regularidade

[Principal](#)Consultar Proposta

Consultar Proposta

22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

Convênio 862002/2017

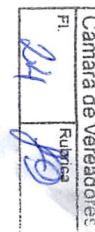
Valor Previsto R\$ 175.500,00

Valor Desembolsado R\$ 175.500,00

Valor a Desembolsar R\$ 0,00

Página 1 de 1 (1 item(s))

Número Interno	Número da NS	Número da OP	Número da OB	Ug Emitente	Gestão Emitente	Valor	Valor Acerto	Situação	Data de Emissão da OB	Novo CPR
201800001239			2018OB801256	135098	00001	R\$ 175.500,00	R\$ 0,00	Enviado	14/12/2018	Sim





Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Caxias do Sul/RS - REGOV CX
Rua Moreira Cesar, 2569 6º andar
95034-000 Caxias do Sul – RS

Ofício nº 1823 / 2018 / REGOV CX

CAXIAS DO SUL, 18 de Dezembro de 2018

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serafina Corrêa
AV. ARTHUR OSCAR, 1509 - CENTRO
CEP 99250-000 – Serafina Corrêa – RS

Com cópia para
A Sua Excelência a Senhora
MARIA AMELIA ARROQUE GHELLER
Prefeita Municipal
AV. 25 DE JULHO, 202 - CENTRO
CEP: 99250-000 – Serafina Corrêa – RS

Assunto: Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

Senhor(a) Presidente,

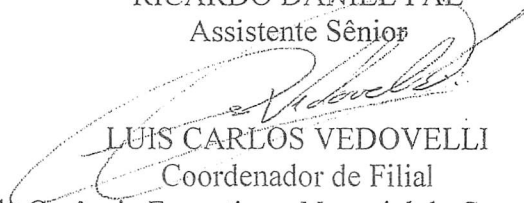
1. Notificamos a V.Exa. o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 14/12/2018, no valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais), na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 862002/2017 - Operação 1046031-50, firmado com Município de Serafina Corrêa, assinado em 29/12/2017, no âmbito do Programa Fomento ao Setor Agropecuário, sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem por objeto “Aquisição de patrulha mecanizada”.

1.1 Por se tratar de conta que opera por OBTV, o Município é responsável por providenciar a aplicação do recurso, conforme previsão legal, observando o seguinte:

- a. Se o prazo previsto para o uso/desbloqueio dos recursos for inferior a 30 dias, os recursos devem permanecer aplicados em fundos;
- b. Se o prazo previsto para o uso/desbloqueio dos recursos for igual ou superior a 30 dias, os recursos devem ser aplicados em caderneta de poupança.

Respeitosamente,


RICARDO DANIEL FAÉ
Assistente Sênior


LUIS CARLOS VEDOVELLI
Coordenador de Filial

Representação da Gerência Executiva e Negocial de Governo Caxias do Sul/RS

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

PORTARIA Nº 1252/2018

Determina a instauração de Processo Administrativo Especial.

O **VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA**, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta no Memorando Interno nº 052/2018, expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Agronegócio devidamente anexo e com base na Lei Municipal nº 2.194/2005 e artigo 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal, determina a instauração de **Processo Administrativo Especial – Processo nº 042/2018** em desfavor da empresa Distribuidora Meridional de Motores Cummins S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 90.627.332/0001-93, com sede na Av. Assis Brasil nº 11.000, Bairro Sarandi, na cidade de Porto Alegre, RS, por descumprimento do item 2.1 do Contrato Administrativo nº 041/2018, referente ao Pregão Presencial nº 027/2018, Edital de Licitação nº 058/2018 e por incurso ao disposto no artigo 78, inciso I da Lei nº 8.666/93, cumulado com a Cláusula Oitava, item 8.1.1.1 "a".

Dessa maneira encaminha à Comissão Processante designada pelo Decreto nº 528/2018, para apurar os fatos descritos no Memorando Interno supracitado e as implicações cabíveis. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a Comissão Processante apresentar relatório final.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serafina Corrêa, 19 de novembro de 2018.

Valdir Bianchet
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se
Serafina Corrêa, 19-11-2018

Gertrudes Pelissaro Dos Santos
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado no quadro de publicações da Prefeitura de Serafina Corrêa, no período de 19-11-2018 a 03-12-2018
Publicado no site www.serafinacorrea.rs.gov.br a partir de 19-11-2018

DEFERIDO
Em 21-02-19


Memorando Interno nº 07/2019

Serafina Corrêa, RS, 21 de fevereiro de 2019.

De: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Agronegócio
Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: Projeto de Lei.

Exmo. Sr. Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por intermédio deste, solicitar o envio de projeto de Lei para Câmara Municipal de Vereadores, em regime de urgência, objetivando a abertura no orçamento vigente, de um crédito adicional especial, na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), distribuído nas seguintes dotações:

02 08 01 SEC. MUN. AGRICULTURA, PEC. E AGRONEGÓCIO

1029 20.606.0173.2089.0000 MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA.....R\$ 54.500,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 1076 REC. ALIENACAO DE BENS LIVRE

1030 20.606.0173.2089.0000 MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA.....R\$ 175.500,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 1149 RECURSO PRODESA MAPA

O crédito aberto será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro, na fonte de recurso 1076, no valor de R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) e na fonte de recurso 1149, no valor de 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

O Poder Executivo Municipal através do Contrato de Repasse nº 862002/2017MAPA/CAIXA, obteve liberação de recursos da União, para aquisição de patrulha mecanizada, no valor de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais). Além do valor de repasse, existe um recurso de contrapartida do Município no valor de R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais). Dessa forma, o recurso total do investimento, de repasse e contrapartida totaliza o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

No ano de 2018, com o intuito de utilizar o referido recurso, através do Edital nº 058/2018, Pregão Presencial nº 027/2018, foi realizada licitação para aquisição de uma Retroescavadeira 4x4. O certame ocorreu dentro da normalidade constando expressamente no Edital que o pagamento seria efetuado após o recebimento dos recursos da União.

O objeto licitado foi adjudicado em favor da empresa Distribuidora Meridional de Motores Cummins S/A, inscrita no CNPJ nº 90.627.332/0001-93, vencedora do certame, dando origem ao contrato administrativo nº 041/2018. Contudo, houve o descumprimento contratual por parte da empresa contratada eis que não houve a entrega do objeto licitado. Dessa forma foi aberto, através da Portaria nº 1252/2018, o Processo Administrativo Especial nº 042/2018, em desfavor da empresa contratada, o qual se encontra em prazo para defesa final escrita.

Dessa forma, tendo em vista o descumprimento contratual e não havendo outro licitante habilitado no certame, será necessária a realização de nova licitação para aquisição do bem. Para tanto, primeiramente será necessária a abertura do crédito especial ora proposto, tendo em vista a inexistência da rubrica específica no orçamento relativo ao exercício de 2019.

Ocorre que, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento repassou os recursos aos cofres públicos no dia 14 de dezembro de 2018 e nos termos do artigo 41 §8º da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, o Município tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a liberação dos recursos financeiros para efetuar o pagamento e posteriormente abre-se prazo para prestação de contas, sob pena de devolução dos valores à União. O referido dispositivo refere que:

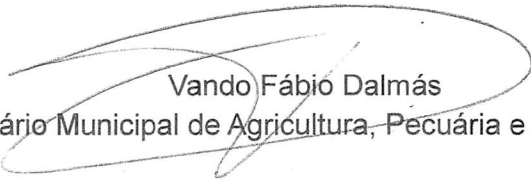
“Art. 41 [...]

§ 8º Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela o instrumento deverá ser rescindido.”

Diante do exposto solicitamos que o Projeto de Lei seja remetido à Câmara Municipal de Vereadores, em regime de urgência, para que, com a maior brevidade possível, se possa realizar a abertura de nova licitação e aquisição do bem, sob pena de devolução dos valores à União.

Sendo o que tinha para o momento, desde já agradeço a atenção.

Respeitosamente,


Vando Fábio Dalmás
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Agronegócio